

# AVALIAÇÃO DA QUALIDADE DAS ÁGUAS SUPERFICIAIS NA ÁREA DA DRAOT-LVT

**Luís Pereira**

Eng.º Químico, DRAOT-LVT, Rua Antero de Quental, 44, 1169-171 Lisboa, Tel. 21 8840600  
e-mail: [dsmadma.lp@dram-lvt.pt](mailto:dsmadma.lp@dram-lvt.pt)

**Vanda Reis**

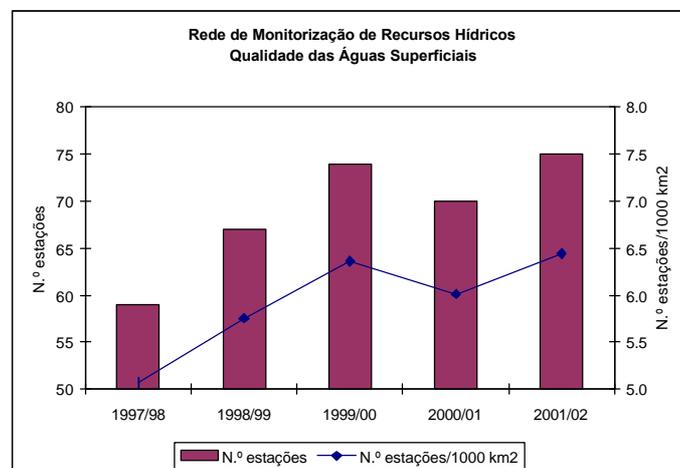
Farmacêutica, DRAOT-LVT (Laboratório), Av. Almirante Gago Coutinho, 30, 2º Piso, 1149-066 Lisboa, Tel. 21 8435750

O Decreto-Lei n.º 236/98, de 1 de Agosto, que define as normas, critérios e objectivos de qualidade da água em função dos vários usos, atribui competências específicas às DRAOT, principalmente na monitorização do meio aquático e fixação de normas de qualidade aplicáveis a alguns usos.

Compreende-se portanto a necessidade de se dispor de uma Rede de Monitorização de Qualidade das Águas Superficiais (RMQAS), concebida e operada de modo a dar resposta às várias solicitações que lhe são exigidas.

A RMQAS, devido à sua natureza dinâmica, tem sofrido ao longo do tempo diversos ajustes, tanto no número de estações, como na sua distribuição espacial, de tal modo que satisfaça os compromissos legalmente assumidos; permita avaliar a conformidade da qualidade da água em função dos vários usos; facilite o controlo do efeito das fontes poluidoras pontuais e difusas mais significativas e também de programas de despoluição, entre outros.

No corrente ano hidrológico, 2001/2002, a rede de monitorização de qualidade das águas superficiais é constituída por 75 estações de amostragem, distribuídas pelas bacias hidrográficas do rio Tejo (53), Ribeiras do Oeste (21) e Ribeira da Apostiça (1). A totalidade das estações distribuídas pelos cerca de 11637 km<sup>2</sup> de área da DRAOT-LVT, resulta em 6.4 estações/1000 km<sup>2</sup>.



Desde 1997/98 que se verifica um aumento gradual no número de locais amostrados. Concomitantemente, tem-se procedido também a uma melhor cobertura da área, intensificando a amostragem em zonas onde esta não era efectuada, ou sendo-o não da forma mais adequada, em detrimento de outros intensamente amostrados. De facto, embora houvesse um decréscimo em 2000/01, isso traduziu-se num ajuste em termos espaciais, que foi complementado em 2001/02.

A análise efectuada à qualidade da água baseou-se no anexo XXI Decreto-Lei n.º 236/98 (objectivos ambientais de qualidade mínima para as águas superficiais), e em duas grelhas paramétricas para usos múltiplos, uma definida pela DRAOT e outra pelo INAG.

Uma crítica frequente a estes objectivos mínimos de qualidade prende-se com o conjunto de parâmetros considerados e os valores das normas, que representando requisitos mínimos são, nalguns casos, mais exigentes do que determinados usos.

Os resultados obtidos com base nesta metodologia devem, pois, ser apreciados com algumas reservas, sem contudo nos esquecermos da importância que representam, permitindo, à partida, detectar ainda que de uma forma grosseira, alguns problemas mais evidentes de poluição existentes.

Na bacia hidrográfica do rio Tejo (incluindo a bacia hidrográfica da ribeira da Apostiça), em termos globais, pode-se dizer que a qualidade da água melhorou, notando-se que o aumento da percentagem em classes de pior qualidade no último ano se deveu à adição de estações novas e não à deterioração da qualidade das já existentes.

Na bacia hidrográfica das ribeiras do Oeste, também se verificou uma melhoria na qualidade ao longo tempo.

É evidente que tanto num caso como no outro a maior contribuição para as classes de boa qualidade se deve às estações localizadas nas cabeceiras de ambas as bacias hidrográficas, e que ainda há um longo trabalho a desenvolver ao nível de tratamento de esgotos (domésticos e industriais), através da construção de novos sistemas integrados de tratamento ou melhoramento dos já existentes.

A DRAOT-LVT, sendo a entidade responsável pela monitorização dos recursos hídricos superficiais, tem vindo a otimizar a rede de monitorização e neste momento são monitorizados sistematicamente os principais cursos de água, mesmo aqueles que não se encontram abrangidos por nenhuma obrigação legislativa, mas são importantes do ponto de vista da gestão dos recursos hídricos.